

União de conveniências manteve veto de Sarney

O empresário Sílvio Santos deve agradecer a possibilidade de ingressar na disputa sucessória ao Presidente Sarney e aos dissidentes do PMDB e do PFL que sonharam até recentemente com a substituição de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves. Uma união de conveniências permitiu que Sarney vetasse — e o Congresso manteve o veto — o dispositivo da Lei Eleitoral que reabriu o prazo de filiação partidária para a eleição do dia 15, que se encerrara a 15 de maio.

Os parlamentares que defendem Sarney no Congresso não seriam suficientes para manter o veto se não tivessem contado com a ajuda de peemedebistas e pefelistas que estavam descontentes com os candidatos escolhidos pelos seus partidos. Incluem-se aí as chamadas “viúvas” do Governador de São Paulo, Orestes Quércia — um grupo de parlamenta-

res do PMDB que tentou colocá-lo como candidato, em detrimento de Ulysses Guimarães — e no PFL a corrente que de início namorou o empresário Antônio Ermírio de Moraes, ignorou o candidato Aureliano Chaves e recentemente tentou trocá-lo por Sílvio Santos, que acabou no PMB.

No final de agosto, descartada totalmente a hipótese de Quércia substituir Ulysses, deputados do PMDB encabeçaram um movimento de lideranças partidárias que resultou na elaboração de um substitutivo à Lei Eleitoral, que fixava prazo final para as filiações partidárias (15 dias após a promulgação da nova lei). O substitutivo, entretanto, foi derrubado no Senado por simpatizantes de Collor. E, depois, Sarney vetou o dispositivo que estabelecia o prazo de filiação.